

# Metodologia de Análise da Participação Social em Instituições Deliberativas

*Cláudio A. Monteiro*

*29 de Junho, 2018*

## INTRODUÇÃO

Instituições de participação na gestão pública desempenham um papel crucial no exercício da Democracia. No Brasil pós-ditadura alguns mecanismos dessa natureza foram criados: conselhos gestores, orçamentos participativos, fóruns nacionais, que são instâncias de suma importância para uma maior aproximação dos indivíduos com a execução de políticas públicas no nível local e regional (CONSTITUIÇÃO). Estas instituições viabilizam e identificam demandas da sociedade, promovem a construção da cidadania e da educação política e permitem o controle social sobre as decisões governamentais (GOMES, 2003).

Uma das competências do Ministério do Meio Ambiente (MMA) do Brasil é gerir as Unidades de Conservação (UCs) dentro do território brasileiro, por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Uma Unidade de Conservação é um “espaço territorial e seus recursos ambientais, [...] com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (LEI 9.985/2000). Este é um importante instrumento para garantir a preservação da biodiversidade, uso sustentável do meio ambiente, e desenvolvimento das comunidades que ali residem, frente ao consumo e à destruição de habitats naturais pela sociedade.

Para que a gestão de uma área protegida seja efetiva, é essencial que haja um espaço pelo qual as comunidades que vivem no território participem das decisões sobre a gestão do mesmo, num ambiente de interação com gestores, pesquisadores e profissionais que ali atuam (FERSE et al). No âmbito da política de UCs, é criado o mecanismo de Conselho Gestor, no qual representantes de instituições e grupos locais podem trazer questões para serem debatidas com os gestores da área (conselhos consultivos) e até decidir sobre a execução das políticas (conselhos deliberativos) (ICMBIO CITAR guia).

Este trabalho se propõe desenvolver uma metodologia de análise de conselhos gestores de áreas protegidas, utilizando software livre. A partir de documentos internos dos conselhos é possível estruturar o texto desses documentos em categorias de análise – levantadas a partir da literatura adotada – e posteriormente analisá-las em quantitativamente (frequências de palavras, conexão entre categorias) e qualitativamente (interpretação e mecanismos) (BARDIN). A partir da pergunta “a participação política no conselho é democrática?”, é desenvolvido um desenho para analisar o Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais. Aqui pretende-se orientar outras pesquisas na análise desse importante mecanismo institucional, utilizando a Linguagem R e o pacote RQDA.

## QUESTÃO DE PESQUISA

□

## JUSTIFICATIVA

Ambientes de participação política são essenciais para uma aproximação da gestão da política pública com o público-alvo, identificando as demandas da sociedade, reconhecendo o conhecimento que os que vivem no território possuem sobre o mesmo, mediando os conflitos entre grupo locais. Conselhos de Unidades de

Conservação são marcados por conflitos, que geralmente se dão entre grupos com interesses econômicos na área, gestores públicos, pesquisadores e comunidades locais.

## METODOLOGIA

A partir das diretrizes de Bardin (ANO) para desenvolver uma análise de conteúdo, é explorada a via de análise de documentos de Conselhos Gestores de UCs. A Análise de Conteúdo é uma técnica para construir inferências a partir da identificação de características específicas de mensagens e textos, de forma sistemática e objetiva (HOLSTI, 1968). Sob a perspectiva quantitativa a AC tem um caráter objetivo e sistemático, implementando técnicas que busquem a mensuração, na qual se conta a frequência em que palavras ou conjunto de palavras se repetem e sua proximidade (FRANZOSI, 2010). Já a perspectiva qualitativa permite observar o universo do assunto tratado, sob uma abordagem que trata o objeto de uma maneira mais profunda, assim o(a) pesquisador(a) é capaz de construir uma perspectiva mais completa a respeito do objeto de estudo (BERG, 2001).

## PARTICIPAÇÃO SOCIAL

□

## ANÁLISE DE CONTEÚDO E CONSELHOS GESTORES

Uma vez que o pesquisador possua uma fonte de informação como entrevistas, vídeos, ou qualquer mecanismo que possa ser transformado em texto, ele precisa escolher uma forma de analisar esses dados, essa forma é chamada de análise de conteúdo. Nesse sentido a análise de conteúdo seria “any technique for making inferences by systematically and objectively identifying special characteristics of messages” (Holsri, 1968, p. 608). O método Análise de conteúdo possui como principal regra o critério de seleção e de análise dos casos. O critério de seleção é a forma como o pesquisador olhará para seus casos precisa estar bastante explícito para os leitores e outros pesquisadores. Esse processo de critério de seleção e forma de análise deve ser capaz de gerar categorias analíticas, que por sua vez permitiriam o surgimento da comparabilidade e da validade nas palavras de Selltiz (1967): “this may be considered a kind of reliability of the measures, and a validation of eventual findings”.

Tendo definido análise de conteúdo como método, agora precisamos entender um pouco sobre as diferentes abordagens possíveis. A primeira das abordagens seria uma análise de conteúdo de caráter (1) Quantitativo, Berelson (1952) sugeriu “objective, systematic, and quantitative” como forma de se fazer uma análise de conteúdo. Esse método foca sua atenção muito mais no procedimento da análise do que nas características dos dados disponíveis. É comum tentar implementar modelos que busquem a mensuração, onde se contaria a frequência em que palavras ou conjunto de palavras se repetem, sua proximidade, ou ainda outros elementos textuais. A perspectiva quantitativa busca transformar textos em números e saber que dessa forma a abordagem pode esbarrar em uma série de limitações.

Outra forma seria a (2) Qualitativa em que seguindo suas diretrizes os pesquisadores conseguiriam observar melhor o universo do assunto tratado. Assim, teriam uma abordagem que olharia o objeto de uma maneira mais profunda e – principalmente – visava a não exclusão de termos não quantificáveis, os pesquisadores seriam capazes de construir uma perspectiva mais completa a respeito do objeto de estudo. Do ponto de vista de uma abordagem qualitativa a análise de conteúdo se tornaria uma “opportunity for the investigator to learn about how subjects or the authors of textual materials view their social worlds. From this perspective, content analysis is not a reductionistic, positivistic approach” (Berg, 1989).

Os Conselhos Gestores de UCs devem disponibilizar seus documentos internos para que seja garantida a transparências dessas instituições de gestão pública. Esses documentos incluem: regimento interno (regula o funcionamento do conselho), ata de presença das reuniões, ata e memória das reuniões (descrevendo o decorrer da reunião), dentre outros.

## ANÁLISE DE CONTEÚDO EM SOFTWARE LIVRE

1. Presença em Reuniões
2. Temas Debatidos
3. Proporção de Fala
4. Proximidade de Grupos
5. Relação entre Grupos e Temas
- 6.

Note that the `echo` = `FALSE`